UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARCELO ARAÚJO RIBEIRO DIAS

"O PROBAHIA COMO FATOR DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS"

SALVADOR
1997

MARCELO ARAÚJO RIBEIRO DIAS

"O PROBAHIA COMO FATOR DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS"

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial a obtenção do grau em Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Guilherme Furtado Lopes

SALVADOR
1997

RESUMO

o presente trabalho busca a demonstração da importância do PROBAHIA para a atração de investimentos ao tempo em que alerta os governantes sobre a necessidade de adquirir fatores que garantam a vantagem competitiva hoje alcançada por incentivos fiscais e fatores como a baixa remuneração da mão-de-obra.

AGRADECIMENTOS

Aproveitando a oportunidade ora concedida, agradeço o esforço particular de pessoas muito importantes, como meus pais, Valter e Beth, o professor Guilherme, o amigo Cristiano, o amigo Estevam, a amiga Maria, enfim de todos aqueles que a seu modo contribuiram não só para a conclusão do trabalho monográfico mas também para a conclusão deste curso.

Agradeço também, aos funcionários de órgãos como a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, o Banco do Nordeste e o Desenbanco que se dispuseram a divulgar dados importantes para a confecção deste trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 05

2 O ESTADO DA BAHIA 07

2.1 PERFIL ECONÔMICO 07

2.1.1 Setor Primário 08

2.1.2 Setor Secundário 09

2.1.3 Setor Terciário 12

2.1.4 Comércio Exterior 14

2.1.5 Infra-estrutura 16

3 TEORIA ECONÔMICA 19

3.1 SCHUMPETER 19

3.2 MARX 22

3.3 A VANTAGEM COMPETITIVA SEGUNDO PORTER 26

3.3.1 As condições de fatores 30

3.3.2 As condições de demanda 31

3.3.3 Indústrias correlatas e de apoio 32

3.3.4 Estratégia, estrututa e rivalidade das empresas 33

3.3.5 Os papéis do governo e do acaso 34

4 INCENTIVOS FISCAIS 35

4.1 O PROBAHIA 35

4.1.1 Finalidade 35

4.1.2 Proind 36

4.1.3 Normas de financiamento 37

4.1.4 Números 39

4.2 OUTROS INCENTIVOS 43

4.2.1 Federais 43

4.2.2 Estaduais 44

4.3 A GUERRA FISCAL 46

5 CONCLUSÃO 49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 53

ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

A discussão do tema do trabalho ora apresentado é de significativa importância para a economia do Estado da Bahia uma vez que a concessão de incentivos têm sido os principais fatores de atração de investimentos e, consequentemente de desenvolvimento para a região nordeste.

O grande problema da região é a falta de investimentos sem os quais a região não alcançará o estágio de desenvolvimento das demais regiões a exemplo das regiões sul e sudeste. As condições para a atração de investimentos têm que ser criadas e esta criação atualmente é representada pela concessão de vantagens fiscais que possibilitam a realização de investimentos em áreas ainda não desenvolvidas. Sem os incentivos fiscais, como veremos a seguir, os investimentos são feitos nas áreas já desenvolvidas.

No segundo capítulo, apresentamos uma visão estática das condições atuais do Estado da Bahia, mostrando sua infra-estrutura, sua produção econômica nos setores primário, secundário e terciário, seu potencial exportador, enfim o perfil do Estado no momento. Este perfil estático é importante uma vez que só há desenvolvimento a partir das condições preexistentes, sem se falar que os fatores básicos são importantes para a atração de investimentos, embora os fatores adiantados o mantenham com maior segurança.

No terceiro capítulo, apresentamos três teorias nas quais programas como o PROBAHIA se encaixam perfeitamente. São apresentadas as teorias de Schumpeter, Marx e Porter, destacando suas visões do desenvolvimento e de como podemos atingi-lo e mantê-lo.

O quarto capítulo apresenta a dimensão do PROBAHIA, caracterizando os projetos aprovados, a concentração espacial, a criação de empregos e de renda, apresentando, também, a divisão dos projetos por setor, realçando a importância desse programa para indústrias como a de produtos alimentares, bebidas, papel e papelão e química, dentre outras.

São apresentadas teorias como a de Schumpeter, onde observaremos que não é possível desenvolvimento sem que forças externas ajam sobre a economia e que esta não se desenvolve apenas com seu “crescimento natural”, mas depende de novos meios de combinação das forças produtivas, meios estes que podem ser obtidos através de investimentos em novos produtos ou em nova tecnologia, situações que são abrangidas pelo PROBAHIA.

Na teoria de Marx, veremos que cada vez mais haverá concentração de capitais, dependendo o sucesso de novas indústrias da sua produtividade em relação à produção social. Esta produtividade exigida pelo mercado só pode ser atingida com investimentos em tecnologia avançada, que possibilite o incremento da mais-valia relativa.

Na teoria de Porter, veremos que o desenvolvimento depende de diversos fatores e que o governo pode influenciar favorável ou desfavoravelmente, através de suas medidas. Programas como o PROBAHIA tendem a criar vantagem inicialmente, mas a manutenção de vantagens depende da existência de diversos fatores. “O governo pode apressar ou aumentar as probabilidades de obter vantagem competitiva mas falta-lhe o poder de criar a própria vantagem”.[1]

Assim, o presente trabalho busca a demonstração da importância do PROBAHIA para a atração de investimentos ao tempo em que alerta os governantes sobre a necessidade de adquirir fatores que garantam a vantagem competitiva hoje alcançada por incentivos fiscais e fatores como a baixa remuneração da mão-de-obra.

2 O ESTADO DA BAHIA

O Estado da Bahia possui uma área de aproximadamente 560 mil quilômetros quadrados, clima ameno, com temperaturas médias anuais variando

entre 19 e 26 graus centígrados. A região conta médias anuais que variam de 2.000 milímetros de pluviosidade na plánicie litorânea e 360 milímetros na região nordeste do Estado.

2.1 O PERFIL ECONÔMICO

O Estado da Bahia sofreu a partir da década de 60 grandes alterações em seu PIB, incrementando a participação da área industrial que saltou de 13,4% para 33,6% em 1.995, esse aumento de participação indica a modernização do estado e a diminuição da participação da agricultura, com queda de 21,2% para 12,3%. O setor terciário também apresentou queda na participação no PIB, caindo de 65,4% para 54,7%.[2]

Apresentamos, a seguir, a estrura do PIB na Bahia, de 1980 a 1995:

SETORES	1980	1990	1995
AGROPECUÁRIA	16,4	15,0	12,3
INDÚSTRIA	31,6	30,0	33,0
COMÉRCIO E SERVIÇOS	52,0	55,0	54,7

Por sua vez, o PIB baiano também tem apresentado constante crescimento, passando de 24,4 bilhões de dólares em 1.992 para 34,2 bilhões em 1.996. Este crescimento , nos últimos anos a taxas superiores às nacionais, aliado ao crescimento em bases modernas e competitivas, forma uma expectativa de crescimento favorável para os anos seguintes. Contribuem para essa expectativa os investimentos já em curso, que apontam para a consolidação do parque industrial existente e para a descentralização e modernização econômica de novos pólos de desenvolvimento regional, no campo industrial, agroindustrial, turístico, de telecomunicações e de infra-estrutura econômica, incorporando e ampliando novos vetores econômicos ao Estado.[3]

---

[1] Porter p. 148
[2] - Fonte: SEI/SICM

2.1.1 Setor Primário

O setor agropecuário tem buscado a diversificação e a modernização de atividades, com a incorporação de novas fronteiras agrícolas e de práticas produtivas modernas, notadamente com a expansão da agricultura irrigada.

A incorporação da fronteira agrícola do Oeste do estado à produção com mais de 4 milhões de hectares, assegura amplas possibilidades de crescimento da produção de grãos, principalmente soja e milho, assim como a pecuária bovina e ovina, permitindo a garantia da oferta desses produtos para a expansão da agroindústria.

Paralelamente, o governo tem apoiado a recuperação de lavouras tradicionais, como feijão, milho, cacau, sisal, algodão, café e mamona. No que concerne à irrigação, são bastante favoráveis as perspectivas de desenvolvimento da agricultura irrigada em nosso estado, devido à disponibilidade potencial de cerca de 1,6 milhões de hectares para esta atividade. Vale registrar que a Bahia já conta com 150 mil hectares de área irrigada, dos quais 73 mil situam-se na região do semi-árido[4]. São empreendimentos voltados para a fruticultura, horticultura e produção de grãos, além do plantio de tomate e cebola.

Com mais de 30 milhões de toneladas anuais, o Brasil é o maior produtor mundial de frutas “in natura”. A Bahia destaca-se não apenas por ser um dos maiores produtores do País, mas sobretudo, por apresentar uma produção bastante diversificada e com elevada produtividade. As frutas em maior evidência são: uva, manga, laranja, abacaxi, maracujá e mamão, além das frutas exóticas, como cajá, umbu, jaca, pinha, graviola, acerola e carambola.

---

[3]- Bahia - Terra dos Bons Negócios p. 15
[4] Diário Oficial do Estado da Bahia, 29/03/96 pg 05

Quanto à pecuária, o governo vem implantando um programa de aumento da qualidade dessa atividade através da difusão de modernas técnicas de manejo e controle sanitário animal, visando a melhoria dos rebanhos.

A mineração vive um período de crescimento, sendo um dos setores que mais têm crescido nos últimos anos. Aprodução mineral comercializada no ano de 1995 atingiu a cifra de US$ 339,7 milhões[5], apresentando um crescimento de 16,1% em relação ao valor registrado no ano anterior.

Em termos de valor, entre os principais bens minerais comercializados em 1995, estão o ouro, o concentrado de cobre, a magnesita e derivados, a cromita, e mármores e granitos, os quais correspondem conjuntamente por 74,6% do valor total da produção mineral comercializada[6].

O governo pretende dar continuidade ao processo de pesquisa mineral e expandir o apoio à exploração dessas riquezas através da privatização dos direitos minerários. A Bahia apresenta, ainda, grande potencial a explorar no que se refere a pedras semipreciosas, mármores e granitos, com excelentes perspectivas nos mercados nacional e internacional.

2.1.2 Setor Secundário

O Estado da Bahia é um importante produtor de minerais não-metálicos, a exemplo do calcário, argila e feldspato, utilizados como insumo na obtenção de materiais consumidos, principalemtne pela construção civil. Dentre estes materiais, destacam-se o cimento, os artefatos de cerâmica vermelha e branca e a cal, que são produzidos em larga escala no Estado.

A partir da década de 70 acelerou-se o processo de expansão da base industrial do Estado da Bahia, tendo como principal fator de impulso a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

---

[5] Fonte: CBPM
[6] Diário Oficial do Estado da Bahia, 29/03/97 pg 05

O crescimento industrial da Bahia caracterizou-se pela instalação de empresas de médio e grande portes, concentradas em segmentos de produção de bens intermediários, baseados na disponibilidade local de recursos naturais importantes como petróleo, gás natural, diversos tipos de minerais e produtos agrícolas.

Nas últimas duas décadas, os avanços conseguidos na construção de uma base moderna e inovadora transformaram estruturalmente a economia baiana.

A atual política industrial do Governo do Estado procura consolidar os segmentos dinâmicos existentes e diversificar sua base produtiva, com ênfase nos produtos de maior valor agregado e com tecnologia competitiva, além de buscar uma desconcentração espacial, principalmente através do fortalecimento da agroindústria e da exploração do setor mineral no Estado.

A indústria química lidera o ranking de participação entre os setores na indústria de transformação com 50,5%, seguida pela metalurguia com 10,3%, pelos produtos alimentares com 7,2% e pelo setor de papel e papelão com 5,8%. Destacam-se ainda, os setores: têxtil, bebidas, material elétrico e comunicação e borracha, perfazendo, conjuntamente, 8,4%.

Na indústria química e petroquímica o destaque é para o Pólo Petroquímico de Camaçari - COPEC - que possui mais de 70 empresas em operação, responsáveis por 50% da oferta de produtos petroquímicos nacionais[7]. Destacam-se empresas como a Copene com produção de 1.200.000 t/ano de eteno e a RLAN - refinaria da Petrobrás que é aprinciapal fornecedora de matérias-primas para o COPEC, processando diariamente 234.000 barris por dia de petróleo.

[7] Bahia - Terra dos Bons Negócios, p 20

Destaca-se, também, a indústria de papel e celulose. Esta indústria beneficia-se das condições climáticas e da existência de maciços florestais de grande extensão no Estado.

A Bahia conta, atualmente, com uma capacidade instalada de 540.000 t/ano de celulose e 319.000 t/ano de papel. A Bahia Sul Celulose, com investimentos de US$ 1,4 bilhão é responsável pela quase totalidade da capacidade instalada no Estado, sendo a primeira planta de celulose da América Latina a obter o Certificado ISO 9000. No setor destaca-se também o projeto da Vera Cruz Florestal, em vias de implantação, com capacidade para produzir 750.000 t/ano de celulose, contando com investimentos da ordem de US$ 1,2 bilhão.

Uma grande vantagem da instalação de indústrias de celulose é a desconcentração espacial dessa atividade industrial, levando ao interior do Estado d possibilidade de crescimento.

A indústria metalúrgica baiana desenvolveu-se a partir do aproveitamento de recursos minerais existentes, tais como cobre, chumbo, cromo e manganês, produzindo ferroligas e metais não-ferrosos. Esta indústria ocupa importante espaço no panorama exportador baiano, ficando atrás apenas dos produtos químicos.

A indústria metal-mecânica do Estado desenvolveu-se ao longo dos anos 70, basicamente, a partir da demanda de equipamentos para a área petrolífera e, posteriormente, também para a petroquímica. Desse processo resultou um parque produtivo com bom potencial para atender a outras demandas.

Entretanto, a Indústria baiana de transformação não apresentou bom desempenho em 1995, com crescimento inferior ao esperado para a evolução da indústria nacional, o que representa uma inflexão da tendência dos últimos anos, quando a indústria baiana crescia a taxas bastante superiores à brasileira. Este fraco desempenho pode ser explicado, no entanto, por fatores como a greve dos

petroleiros e a longa parada programada para manutenção da principal unidade fornecedora de matéria-prima do Pólo Petroquímico, pela crise da lavoura cacaueira e do setor siderúrgico, culminando com a transferência acionária de uma importante unidade do segmento (a venda das ações da Copene pertencentes à Petroquisa para a Norquisa). A estabilização econômica provocou inúmeros ajustes para garantir a competitividade industrial, todos eles como a redução de custos e estoques, criando uma significativa tendência de queda na produção industrial e no nível de emprego, a partir de agosto de 1995[8].

A longo prazo, espera-se a retomada do crescimento. Entretanto, esta taxa de crescimento não apresenta, ainda, grandes números, ficando em torno de 2% ao ano em 1996.

2.1.3 Setor Terciário

O setor de serviços é bem representado pelo importante pólo turístico. A Bahia conta com um amplo litoral, com mais de 1.100 quilômetros de extensão, alido a regiões que sobressaem pelo ecoturismo, a exemplo da região de Lençois.

A Organização Mundial do Turismo considera que o futuro do turismo está preferencialmente voltado para as regiões tropicais. É fato evidente que o turismo nacional tem encontrado no Nordeste significativos espaços de potencialidades, pelos seus aspectos naturais, sítios arqueológicos, riquezas arquitetônicas e cultura popular.

O fluxo turístico do Estado da Bahia em 1195 registrou 2,6 milhões de pessoas, com maior número para a capital, que responde por praticamente 50% deste total.

Os principais pólos turísticos do Estado são:

---

[8]Bahia e Dados, Salvador, SEI, v.5, n.3, p.73-76, dez./95

a) Salvador e a Baía de Todos os Santos, onde a moderna infra-estrutura hoteleira e urbana representa o maior portão de entrada de turistas estrangeiros no Nordeste. Possui uma cultura com forte influência na raça negra, sobretudo na culinária e na música. Sua arquitetura colonial pode ser representada pelo Pelourinho, tombado pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. O Centro Histórico é hoje passagem obrigatória do turista que chega a Salvador.

A Baía de Todos os Santos tem nas suas ilhas e nas excelentes condições náuticas seu principal atrativo. A principal ilha, a de Itaparica está ligada a Salvador pelo sistema de “ferry-boat” e pela BR 101;

b) o Litoral Sul, sobretudo Porto Seguro, atrativo nacional e internacional, tendo em Porto Seguro um referencial histórico importante por ser o marco do descobrimento do Brasil. Sua faixa litorânea apresenta a maior concentração de equipamentos turísticos depois de Salvador. Com a ampliação do seu aeroporto para operar com aeronaves de porte, seu crescimento turístico foi ampliado, principalmente aos fluxos internacionais;

c) Ilhéus/Canavieiras, região tradicionalmente produtora de cacau que econtra no turismo uma nova atividade econômica. Dispõe de “resorts” de nível internacional, sendo detentora de características culturais bastante divulgadas pelo escritor Jorge Amado;

d) Caravelas/Prado, pólo turístico viabilizado pela rodovia Ba-001, capaz de atrair turistas vindos, principalmente, de Minas Gerais, dispondo de aeroporto;

e) Litoral Norte, próximo à Capital, conta com o Aeroporto Dois de Julho, e está em vias de se tornar um dos principais pólos do Estado, principalmente depois da construção da estrada denominada “Linha Verde”, que liga Salvador a Sergipe pelo litoral. As localidades mais conhecidas desta região são: Arembepe, Guarajuba, Mangue Seco e Praia do Forte. Esta última devido ao projeto Tamar de preservação das tartarugas marinhas e à infra-estrutura hoteleira.

f) Chapada Diamantina, região montanhosa, localizada no centro do Estado, dispondo de excelente potencial paisagístico constituído pelo grande número de rios que lá nascem, por diversas grutas e quedas d'água. A importância dos seus sítios históricos está intimamente relacionada à exploração de diamantes, atividade que alcançou o seu auge entre os séculos XVIII e XIX. É uma região que oferece condições ideais ao desenvolvimento do ecoturismo. A cidade de Lençóis destaca-se pelas suas características de cidade pólo da região, dispondo de infra-estrutura hoteleira, além de vários roteiros turístico-ecológicos, atraindo grande número de visitantes, principalmente do exterior.

2.1.4 Comércio Exterior

O comércio exterior brasileiro exibiu em 1994 recorde histórico, tanto pelo lado das exportações quanto pelo lado das importações. As vendas totalizaram US$ 43,5 bilhões, ultrapassando pela primeira vez a marca dos 40 bilhões de dólares no período de 12 meses. As compras atingiram US$ 33,2 bilhões de dólares, outra marca histórica que se reflete no expressivo crescimento em relação a 1993.

Abaixo quadro com os principais produtos baianos de exportação:

Colocação/Ano	1.991	1.992	1.993	1.994	1.995
Primeiro	Químicos e petroquímicos	Químicos e petroquímicos	Qímicos e petroquímicos	Químicos e petroquímicos	Químicos e Petroquímicos
Segundo	Metalúrgicos	Metalúrgicos	Metalúrgicos	Metalúrgicos	Metalúrgicos
Terceiro	Cacau e derivados	Cacau e derivados	Cacau e derivados	Cacau e derivados	Papel e Celulose

Quarto	Derivados de Petróleo	Derivados de Petróleo	Papel e Celulose	Papel e Celulose	Minerais
Quinto	Sisal e derivados	Frutas e suas preparações	Derivados de Petróleo	Derivados de Petróleo	Cacau e derivados
Sexto	Frutas e suas preparações	Sisal e derivados	Grãos, óleos e ceras vegetais	Minerais	Derivados de Petróleo
Sétimo	fumo e derivados	Minerais	Sisal e derivados	Grãos. óleos e ceras vegetais	Sisal e Derivados
Oitavo	Óleo de mamona	Fumo e derivados	Fumo e derivados	Sisal e derivados	Grãos, óleos vegetais
Nono	Algodão		Couro e Peles	Couro e Peles	Couros e Peles
Décimo	Couros e peles		Frutas e suas preparações	Frutas e suas preparações	Fumo e Derivados

Fonte: Promoexport Bahia Anos 1991 a 1995

O comércio exterior baiano rompeu a barreira dos US$ 3 bilhões em 1995, quebrando records históricos no tocante a exportações, importações e corrente de comércio. Este desempenho favorável foi obtido em um ano particularmente difícil, principalmente para os exportadores, considerando-se a sobrevalorização cambial, o aquecimento do mercado doméstico, a estagnação das economias de diversos países desenvolvidos, os altos juros praticados em todas as fontes de financiamento, a concorrência às vezes desleal com o produto importado e perda de mercados externos, para não falar dos problemas decorrentes do “custo Brasil” como portos, rodovias, burocratização e excesso de tributação nas operações com o exterior.

As exportações alcançaram US$ 1,919 bilhão, superando em 11,5% o ano de 94. Este patamar é o mais alto atingido pela economia baiana, sendo que o record anterior é de 84, ano em que a recessão interna obrigou o Pólo Petroquímico a destinar cerca de 40% de sua produção para o mercado externo, com US$ 1,739 bilhão.

Em 1995, as exportações baianas foram basicamente de produtos industrializados, respondendo os produtos manufaturados por aproximadamente

58% e os semimanufaturados por 32% do valor total. Os produtos industrializados tiveram crescimento da ordem de 17,3% em relação ao ano anterior, enquanto que os produtos básicos apresentaram queda de quase 26%. As operações especiais tiveram grande aumento, 42%, no entanto participam com menos de 1% do total das exportações.[9]

2.1.5 Infra-estrutura

O Estado da Bahia conta com moderna estrutura, destacando-se:

a) rodovias - A Bahia possui 4.355 Km de estradas federais em todo o seu território, que permitem o tranporte de passageiros e mercadorias para todos as regiões do País, e 18.168 Km de estradas estaduais, que servem a todas as regiões produtoras, dos quais 10.779 Km já pavimentados. Possui, ainda, uma malha rodoviária de cerca de 100.000 Km de estradas vicinais ligando os seus 415 municípios.

b) ferrovias - O transporte ferroviário conta com três linhas básicas, a partir do eixo Salvador-Alagoinhas: uma em direção ao sul, até Montes Claros/MG, onde se integra com a malha ferroviária da Região Sudeste; outra em direção ao norte, até Juazeiro, estendendo-se daí até o Piauí; a terceira promove a integração com o vizinho Estado de Sergipe até Propriá. A extensão total dessa malha ferroviária é de 1.905 Km, sendo 558 Km de Salvador a Propriá, 480 Km de Alagoinhas a Petrolina/PE e 867 Km de Salvador a Monte Azul/MG. Com a privatização da malha centro-leste, espera-se o desenvolvimento desse tipo de transporte com investimentos privados.

c) portos - O Estado conta com três portos principais, o de Salvador, localizado na Baía de Todos os Santos, com capacidade de movimentação de 2.400.000 t/ano, especializado em carga geral e “containers” e em importação de trigo; o de Aratu, também localizado na Baía de Todos os Santos, com capacidade de movimentação de 1.380.000 t/ano de granéis líquidos, 1.800.000

[9] Fonte: MICT/SECEX

t/ano de granéis sólidos e 780.000 t/ano de produtos gasosos sendo especilizado em granéis; o de Ilhéus, com capacidade para movimentação de 990.000 t/ano, especilizado em carga geral e “containers”, com ponto para desembarque de combustíveis líquidos operado pela Petrobrás.

d) aeroportos - são três os principais aeroportos da Bahia:

d’) Salvador - Aeroporto Internacional Dois de Julho, com vôos internacionais que conectam a Bahia aos principais centros mundiais, tanto europeus quanto norte-americanos, opera também com vôos “charters” direcionados para as atividades do turismo;

d’’) Ilhéus - segundo maior aeroporto do Estado com vôos diários para as principais capitais brasileiras;

d’’’) Porto Seguro - aeroporto capacitado a operar com as maiores e mais modernas aeronaves, tanto nacionais quanto internacionais.

e) Hidrovia e Porto Fluvial - O Rio São Francisco atravessa o Estado da Bahia de sul a norte. A navegabilidade é permitida em 1371 Km de sua extensão. A demanda atual é de 1 milhão de toneladas anuais de carga, prevendo-se para o ano 2000 uma movimentação de 5 milhões de toneladas/ano. O porto fluvial de Juazeiro, situado na margem direita do rio São Francisco, no município de Juazeiro, é um fator primordial no esquema de multimodalidade de transporte para o escoamento das produções regionais do Oeste baiano. Os investimentos para as obras necessárias à implantação do porto são de US$ 27 milhões.

f) Energia Elétrica - A geração e a transmissão básica são exercidos pela CHESF, Cia. Hidroelétrica do São Francisco, subsidiária da Eletrobrás. A CHESF possui capacidade instalada total de geração de energia elétrica de 9.204 MW, sendo 5.379 MW na Bahia. As principais usinas geradoras na Bahia são: Sobradinho - 1050 MW e Paulo Afonso - 3984 MW.

O sistema de suprimento operado pela CHESF no Nordeste do País conta ainda com a disponibilidade adicional de 670 MW, através da interligação com a Usina Hidroelétrica do Tucuruí, situada na Amazônia.

A CHESF mantém, na Bahia, 16 substações, num total de 2477 MVA de capacidade de transformação, e um sistema de linhas de transmissão isoladas de 230 KV e 500 KV, que totaliza mais de 5000 Km.

3 TEORIA ECONÔMICA

3.1 SCHUMPETER

Schumpeter define em “A Teoria do Desenvolvimento Econômico” que o desenvolvimento deve ser entendido apenas pelas mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Isso significa dizer que a economia em si mesmo, sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. Desse modo, o processo de desenvolvimento não deverá ser entendido como o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza.

Não é considerado desenvolvimento a mudança do estado geral de equilíbrio, vale esclarecer, nunca alcançado e pelo qual continuamos lutando, quando esta é mudada apenas por que os dados mudam. Por exemplo, se a mudança ocorrer nos dados não-sociais (condições naturais) ou nos dados sociais não-econômicos (aqui se incluem os efeitos das guerras, as mudanças na política comercial, social ou econômica), ou no gosto dos consumidores. As mudanças contínuas que podem transformar uma pequena firma varejista numa grande loja de departamentos, mediante adaptação contínua, feita em inúmeras etapas pequenas, estão no âmbito da análise estática. Mas a análise estática não é apenas incapaz de predizer as consequências das mudanças descontínuas na maneira tradicional de fazer as coisas; não pode explicar a ocorrência de tais revoluções produtivas nem os fenômenos que a acompanham. Só pode investigar a nova posição de equilíbrio que as mudanças tenham ocorrido. O problema do desenvolvimento é apenas a ocorrência dessa mudança revolucionária.

A visão schumpeteriana indica ainda que o processo concreto de desenvolvimento repousa sobre o desenvolvimento precedente, onde está definido que todo processo de desenvolvimento cria os pré-requisitos para o processo seguinte.

Assim, o desenvolvimento, no sentido dado por Schumpeter, “é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio”.[10]O desenvolvimento então, deve ser considerado como uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, pertubação do equilíbrio. que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente.

É o produtor quem inicia a mudança econômica e os consumidores são educados por ele. São ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham hábito de usar. Portanto, apesar de ser possível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e fundamental na teoria do fluxo circular, devemos

analisar as mudanças como originárias na da esfera da vida industrial e comercial e não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais.

O desenvolvimento, no sentido dado por Schumpeter é definido pela realização de novas combinações, combinações estas que aparecem descontinuamente. Este conceito, engloba cinco casos:

a) introdução de um novo bem, bem este que os consumidores não estão ainda familiarizados ou cuja qualidade seja diferente da usual;

b) introdução de um novo método de produção, que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode também constituir-se em uma nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria;

c) abertura de um novo mercado, onde não nos importa se esse mercado já existia ou não mas se o ramo particular da indústria de transformação do lugar em questão não tenha ainda entrado;

d) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, independentemente de esta fonte já existir ou estar sendo criada;

e) estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, a exemplo da fragmentação de uma posição de monopólio.

Devemos ressaltar que não se deve entender que o uso de novas combinações deve ser realizado pelas mesmas pessoas que dominam o processo anterior, podendo até ser realizado por elas mas sem obrigatoriedade e, ainda, que a realização destas novas combinações tem lugar pelo emprego de meios de produção que por acaso estejam sem ser utilizados.

---

[10] Schumpeter, p. 48

O exército de trabalhadores de reserva ou a existência de matérias-primas não vendidas, ou ainda, capacidade ociosa apenas contribui e incentiva o surgimento de novas combinações.

Em seu capítulo, Schumpeter ressalta a distinção entre empresários e capitalistas, considerando empresários aqueles homens que empreendem o desenvolvimento, tomando as decisões estratégicas para provocar as mudanças necessárias à implantação das novas combinações. Ser empresário não é uma condição duradoura, nem se forma classes sociais de empresários, como a dos proprietários de terras ou dos trabalhadores, por exemplo. Os indíviduos são empresários apenas enquanto empreendem as mudanças necessárias às novas combinações e, portanto, para o desenvolvimento, voltando tão logo implemente a mudança a ocupar posição em determinada classe, como por exemplo a dos proprietários de terra ou dos industriais. Nesse sentido, todos os homens de negócios estariam empresários em determinados momentos de sua vida, enquanto assumem os riscos necessários ao desenvolvimento.

Schumpeter dá grande importância aos empresários, que considera serem a força motriz de um grande número de fenômenos significativos.[11]Para Schumpeter o problema específico da liderança surge apenas quando as novas possibilidades se apresentam, onde a figura do empresário se torna essencial, pois é assume as coisas e os riscos do desconhecido, sem o que as possibilidades estariam mortas.

São três os motivos que levam à posição de empresário.

O primeiro é o desejo de fundar “um reino privado”, onde o sucesso industrial ou comercial representa para o homem moderno a melhor maneira possível de se aproximar da nobreza medieval. Dessa maneira, o homem tem a sensação de poder e independência.

[11] Schumpeter p. 58

O segundo motivo é o desejo de conquistar, ou seja, a necessidade de se mostrar superior aos outros. Nesse aspecto, a ação econômica torna-se um esporte, assemelhando as competições financeiras às lutas de box.

O último motivo é a alegria de criar, de fazer coisas ou simplesmente de exercitar a energia e a engenhosidade.

Pela teoria de Schumpeter, o desenvolvimento advém do uso de novas combinações e é levado a cabo pelos empresários.

3.2 MARX

Marx em sua teoria busca a demonstração daqueles que são os caminhos do capitalismo. È impressionante a sua clareza em analisar a luta de classes e o domínio do capital sobre a força de trabalho.

Marx mostra claramente que desde o capital comercial até o capitalismo em que vivemos, o fator que move a criação de novos empreendimentos é a obtenção da mais-valia, ou seja, do lucro. No início, com o capitalismo comercial, o lucro era alcançado apenas pelo diferencial de valor entre o valor pago pelo comerciante quando da compra de qualquer mercadoria e o valor recebido pela venda desta mesma mercadoria. O lucro advinha do simples processo de comprar barato e vender caro. Atualmente, o lucro advém da mais-valia, que pode ser absoluta ou relativa.

Para explicar a origem do lucro, Marx observa que apenas a força de trabalho é capaz de produzir a mais-valia, sendo todo o excedente é originário do trabalho, podendo ser apropriado pelo capital de duas formas, através da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa.

A mais-valia absoluta é apropriada pelo capitalista quando este deixa de pagar pelo trabalho realizado, ou seja, “o trabalho produz mais do que o

necessário para o seu sustento”[12], enquanto que o capitalista paga efetivamente apenas o necessário para o sustento do trabalhador. Essa mais-valia é aumentada cada vez que o proletariado trabalha mais horas do que as realmente necessárias ao seu sustento. Assim, cada vez que a jornada de trabalho é ampliada aumenta a mais-valia absoluta que é apropriada pelo capuitalista.

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do tempo em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho e apropriação deste excedente pelo capital. A apropriação da mais-valia absoluta é, portanto, limitada em última instância, ao período de 24 horas do dia e ao período máximo que a força de trabalho suporta trabalhar durante o dia.

Já a mais-valia relativa que pressupõe um modo de produção especificamente capitalista, e é obtida pelo aumento da produtividade alcançado pela inovação tecnológica. Esta evolução tecnológica permite que com menos tempo de trabalho a força de trabalho atinja o seu valor, fazendo com que o capital se aproprie do excedente, maior cada vez que o tempo necessário ao pagamento dos trabalhadores cai graças à introdução de novos meios de produção. A mais-valia relativa, ao contrário da absoluta é ilimitada, sendo ampliada cada vez que nova tecnologia permite a diminuição do tempo necessário ao pagamento da força de trabalho.

Com o objetivo de atingir a maior soma possível de mais-valia é que são desenvolvidos novos processos produtivos, incorporados novos equipamentos e máquinas e novas técnicas de produção. Marx demonstra claramente que o mercado é impessoal e que serão eliminadas todas as firmas que não tenham condições de produzir dentro dos padrões socialmente em vigor, ou seja, as firmas que não acompanharem o novo ritmo de produção determinado socialmente pela concorrência não conseguirão vender seu produto porque terão custos superiores aos custos socialmente aceitos e finalmente, terão preços mais elevados e acabarão por ser excluídas do mercado. Excluídas pacificamente, vale

[12]Marx p. 592

ressaltar já que não haverá nenhum decreto, nenhuma força alheia às de mercado que as impedirão de tentar continuar produzindo, elas apenas não conseguirão vender seus produtos pois seus processos de produção não lhes darão a produtividade suficiente para vender aos preços socialmente ditados.

Destaca-se que nesse contexto, independe da vontade do capitalista investir em nova tecnologia ou não. Caso sua firma não produza de acordo com as regras em vigor, no momento, sua produção não será realizada e a empresa acabará ficando com o produto em estoque sem conseguir vendê-lo. Nessa situação, a firma estará simplesmente eliminada pelos concorrentes do mercado.

A teoria marxista deixa claro que a grande dificuldade do processo capitalista não é a produção mas a realização, ou seja, não há grandes dificuldades em produzir mas em vender. De nada nos adianta produzir se no mercado não conseguirmos vender. E, para realizar a venda temos que produzir de acordo com a tecnologia socialmente aceita, aos custos socialmente aceitos.

Fica claro na teoria marxista que a tendência do capitalismo é que cada vez mais a composição orgânica do capital seja maior. Entende-se por composição orgânica do capital o coeficiente entre o capital constante e variável. O capital constante está representado pelos meios de produção, matérias-primas, materiais acessórios e meios de trabalho, e o capital variável pela força de trabalho.

O capital circulante depende do número de trabalhadores e da sua remuneração individual. Neste sentido, cada vez em que implatamos o uso de nova tecnologia pressupomos que teremos valores cada vez maiores de máquinas e equipamentos, ou seja, teremos um constante aumento do capital constante. Por outro lado, teremos uma queda no capital variável, representada pela necessidade cada vez menor em número de trabalhadores. Essa lei básica, acaba por garantir que as novas formas de produzir acabam por ter composição orgânica cada vez mais elevada.

Assim, no intuito de garantir o desenvolvimento de determinada área, é importante o incentivo ao investimentos de plantas que tenham alta composição orgânica, cujo mercado está garantido pois a produtividade alcançada é superior à média social e, portanto, não há problemas para que tal planta consiga realizar (vender) o objeto de sua produção.

No entanto, a grande concentração de capital faz com que a classe trabalhadora fique em posição desfavorável frente ao capital, que tem melhores condições para forçar a queda de salários já que dispõe de grande exército de trabalhadores na reserva. Vale ressaltar que os salários podem cair até o limite necessário para a reprodução dos trabalhadores, reprodução aí entendida como todos os bens socialmente necessários para que determinado trabalhador viva e reproduza. Quem determina quais são os bens de que determinados trabalhadores necessitam é a sociedade.

3.3 A VANTAGEM COMPETITIVA SEGUNDO PORTER

Em seu livro “A vantagem competitiva das nações”, Porter busca a explicação para a vantagem competitiva das indústrias. Porter parte da explicação clássica que é representada pela teoria da vantagem comparativa. Segundo Adam Smith, uma nação exporta um produto se o produz a mais baixo custo do mundo. É a idéia da vantagem absoluta, que é aperfeiçoada por David Ricardo que chega à idéia da vantagem comparativa, onde as forças de mercado encaminharão os recursos de um determinado lugar para as indústrias onde esse lugar é relativamente mais produtivo.

Os fatores que levam determinado lugar a ter vantagens em relação aos demais estão relacionadas com o ambiente ou com o clima desses lugares. Esta noção baseia-se na idéia de que as nações têm todas tecnologia equivalente, mas têem diferentes disponibilidades de fatores de produção, ou seja, terra, mão-de-obra, recursos naturais e capital. Os governos então, buscavam auxiliar a competitividade com políticas como a redução das taxas de juros, subsídios, etc...

Em seu estudo sobre diversos países, Porter constatou que as vantagens comparativas não são suficientes e muitas vezes contraditórias, não conseguindo, por si só explicar o avanço de determinados países.

Diversos motivos levaram ao descrédito da teoria das vantagens comparativas, entre eles a mudança tecnológica, introduzindo economias de escala, onde a maioria dos produtos são diferenciados. O avanço tecnológico, por meio de processos novos consegue compensar os fatores escassos e neutralizar ou reduzir a importância de fatores de produção anteriormente predominavam. Atualmente constata-se que em determinadas indústrias o acesso a fatores abundantes é menos importante que o acesso a tecnologia e a conhecimentos que permitam a diminuição de custos e o aumento da produtividade. Outro motivo importante é a globalização que liberta as indústrias dos recursos de fatores disponíveis em dado país. Considera-se, inclusive, que o capital internacional flui para as nações com bom crédito, acabando com a limitação destes locais em relação aos fundos existentes localmente.

Porter explica que diversas teorias foram apresentadas, mas nenhuma delas consegue explicar completamente a questão da vantagem competitiva. Há, por exemplo, a teoria das economias de escala, onde determinadas empresas, após alcançarem determinada escala de produção obteriam vantagens de custos que lhe perimitiriam inclusive exportar. No entanto, essa teoria não é eficaz na resposta à pergunta: Quais as empresas de um país que conseguirão as tais escalas e em quais indústrias?[13]

Porter, no intuito de responder à sua questão central, define que o importante é a definição das características decisivas de uma nação que permitem às suas empresas criar e manter a vantagem competitiva.

No ambiente industrial, a vantagem competitiva está baseada em cinco pilares: a ameaça de novas empresas, a ameaça de novos produtos ou serviços, o poder de barganha dos fornecedores, o poder de barganha dos compradores e

a rivalidade entre competidores existentes. O vigor dessas cinco forças varia de indústria para indústria e determina a sua lucratividade a longo prazo. Além desses pilares, as empresas podem criar vantagens percebendo novas maneiras cada vez melhores de competir numa indústria. Essas inovações normalmente são causadas por novas tecnologias, por novas necessidades dos compradores, pelo aparecimento de um novo segmento de indústria, quando ocorre mudança significativa nos custos de insumos, ou ainda, quando há mudanças nos regulamentos governamentais.

Além dessas vantagens, que são inerentes a cada indústria, devemos ressaltar, também, as vantagens competitivas que são determinadas pela nação, pelo estado, ou mesmo pela cidade.

Estas vantagens inerentes à localização respondem à questão de quais as indústrias de determinado lugar que obetão êxito. Estes quatro amplos atributos modelam o ambiente no qual as empresas competem e promovem (ou impedem) a criação de vantagem comparativa. São eles:

1. Condições de fatores. A posição do país nos fatores de produção, como trabalho especializado ou infra-estrutura, necessários à competição;

2. Condições de demanda. A natureza da demanda interna para os produtos ou serviços da indústria.

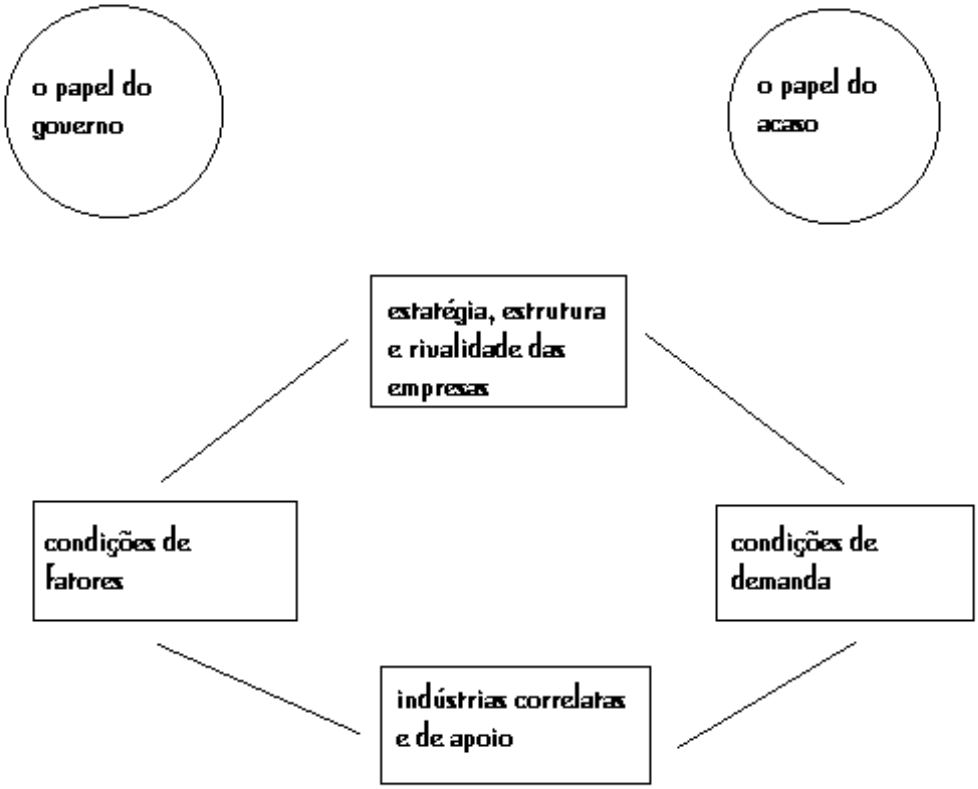
3. Indústrias correlatas e de apoio. A presença ou ausência no país, de indústrias abastecedoras e indústrias correlatas que sejam competitivas.

4. Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas. As condições que, na região, governam a maneira pela qual as enoresas são criadas, organizadas e dirigidas, mais a natureza da rivalidade interna.

---

[13]Porter p. 17

Estes quatro atributos formam o “diamante” da região, conforme abaixo:[14]



Este diamante representa o quanto determinado ambiente é dinâmico, não se constituindo em garantia para o sucesso de todas as indústrias, no entanto,

[14]Porter p. 88

quanto mais dinâmico for o ambiente mais preparadas as empresas estarão para alcançar o sucesso em termos de competição num mundo cada vez mais globalizado.

Deve-se adicionar, ainda, ao diamante, o papel do governo, cujas ações são acontecimentos fora do controle das empresas. O governo pode melhorar ou piorar a vantagem da região, já que a regulamentação acaba por influir na competição, na demanda interna, nas condições de fatores e até mesmo na estratégia das empresas.

Apartir dessa colocação, Porter explica a influência de cada um destes quatro atributos:

3.3.1. As condições de fatores

Quanto mais bem dotado de fatores a região for maior será sua vantagem competitiva. Os fatores são agrupados em distintas categorias: recursos humanos, físicos, de conhecimentos, de capital e de infra-estrutura.

São recursos humanos: os recursos humanos para o trabalho, sua quantidade e qualidade e seus custos

São recursos físicos: as condições climáticas, a existência de minerais, de fontes de energia elétrica, a localização, o clima, a geografia, etc...

São recursos de conhecimentos: o estoque de determinada região de conhecimentos, científicosm técnicos e de mercado.

São recursos de capital: o total e o custo de capital disponível para o financiamento da indústria, que apesar da globalização, são muito importantes para a demanda interna, por exemplo.

São recursos de infra-estrutura: a infra-estruta disponível, inclui o sistema de transportes, o de comunicações, os correios, assistência médica, rede bancária, etc...

Existe entre os fatores uma hierarquia, onde predominam os fatores adiantados (incluem infra-estrutura de comunicação de dados, pessoal altamente qualificado e institutos de pesquisa) predominam sobre os básicos (incluem os recursos naturais e a mão-de-obra desqualificada). Cada vez mais os fatores adiantados, que não são herdados e exigem grande investimento têm representado maior importância. Os fatores são divididos também em generalizados e especializados. Os generalizados são aqueles que são empregados em qualquer área da produção como as rodovias e empregados motivados e com educação de nível superior. Os especializados são aqueles voltados para determinada atividade, como um instituto de pesquisa voltado para determinada atividade ou um porto voltado para determinada atividade como a exportação de produtos químicos. Nesse caso, os fatores especializados garantem maior vantagem competitiva e ainda maior garantia de sustentá-la. Atualmente, a vanagem é maior e mais sustentável quando se concentra em determinada atividade e dispõe de fatores adiantados e especializados. Já a vantagem baseada em fatores básicos e generalizados é, em geral passageiram, durando apenas até que alguma outra região os alcance também.

Vale ressaltar que as vantagens devem ser criadas e que às vezes uma desvantagem em determinado fator pode acabar criando vantagem. Como exemplo, temos a escassez de mão-de-obra no Japão que favoreceu a automação.

3.3.2 As condições de demanda

Além do tamanho quantitivo da demanda, é muito importante observamos a qualidade e a exigência dos demandantes. A composição da demanda interna determina a maneira pela qual as empresas percebem, inerpretam e reagem às necessidades do comprador.

Destacam-se alguns pontos, como a estrutura da demanda do segmento, onde deve-se avaliar o segmento de determinado mercado onde há demanda interna, favorecendo a indústria nacional no caso de exigência de adaptações necessárias a determinadas áreas. O atendimento às necessidades locais acaba por favorecer a indústria no atendimento de outras regiões. Outro ponto importante é a existência de compradores sofisticados e exigentes. Este tipo de comprador faz com que as indústrias locais operem com alto padrão de qualidade e com controle eficiente sobre os cutos, além estimular o desenvolvimento de novos produtos. É importante também que a demanda prenuncie as necessidades mundiais, fazendo com a demanda nacional represente atencipadamente o que se tornará generalizado.

Quanto ao tamanho da demanda, este se torna importante no sentido em que grandes demandas favorecem a economia de escala, não devendo, no entanto, a indústria restringir seu mercado apenas ao interno. Assim, um mercado interno de grandes proporções não representa grande vantagem, senão, em certos tipos de indústria onde há grande exigência de pesquisa e desenvolvimento, substanciais economias de escala na produção, grandes saltos na geração de tecnologia ou altos níveis de incerteza.[15]Tanto quanto o tamanho absoluto da demanda, a sua taxa de crescimento se constitui em fator de grande importância, já que o rápido crescimento da demanda interna faz com que o país adote constantemente novas tecnologias.

3.3.3 Indústrias correlatas e de apoio

A existência de indústrias possibilita o acesso a máquinas e equipamentos, facilita a troca de informações e o agiliza o processo de inovação e aperfeiçoamento. No caso de indústrias fornecedoras, é interessante que estas sejam competidoras a nível mundial, o que torna acessível a tecnologia de ponta.

[15]Porter p. 111

As indústrias correlatas funcionam como apoio uma para a outra. Porter cita a cadeia formada no Japão pelas indústrias correlatas em fibras e tecido. Esta cadeia é formada pelos produtores de seda, de tecidos de seda, de tecidos sintéticos, de máquinas de tecer, de fibras sintéticas e de fibras de carbono. Cada indústria estimula o crescimento e o aperfeiçoamento das demais.

No caso da Bahia, as novas indústrias montadoras certamente atrairão outras como as fornecedoras de auto-peças que terão na montadora grande estímulo para investir em pesquisa, de maneira a obter ganhos de produtividade e qualidade.

3.3.4 Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas

As empresas são dirigidas de formas diferentes e esta direção está culturalmente ligada aos hábitos de cada país. A forma de competir também depende das circuntâncias nacionais.

Diversos fatores contribuem para o grau de competitividade, como a autoridade, as normas de interação interpessoal, atitudes dos trabalhadores para com as empresas, investimento em treinamento, formação e desenvolvimento de líderes.

A estrutura das empresas é fator primordial para o estabelecimento de metas, como taxa de retorno e de investimento.

Devemos ressaltar que nenhum sistema administrativo é universalmente adequado. As empresas terão maior êxito nas indústrias onde as práticas administrativas adequadas se assemelham às praticadas. Pequenas empreas são mais maleáveis e podem ter sucesso em setores que exigem constante adaptação e inovação de produtos e onde a escala de produção não representa grande vantagem. É o caso de indústrias como de tecidos de lã e de máquinas de embalagens. Grandes estruturas, no entanto, são mais competitivas em indústrias como de ótica e de produtos químicos.

3.3.5 Os papéis do governo e do acaso

Tanto o governo quanto o acaso influenciam nos determinantes da vantagem nacional. Os acontecimentos ocasionais são importantes porque criam interrupções que permitem mudanças na posição competitiva. Podem neutralizar as vantagens de competidores já estabelecidos e criam o potencial para que novas empresas atinjam vantagem competitiva em função das novas e diferentes condições.

O governo, por sua vez, pode influenciar cada um dos quatro determinantes, positiva ou negativamente. As condições de fatores podem ser afetadas por meio de subsídios, políticas de educação, etc.. A demanda pode ser influenciada pela compra do próprio governo e pelo estabelecimento de padrões de exigência. As indústrias correlatas e de apoio são influenciadas por medidas como a regulamentação dos serviços de apoio ou controle da mídia. Já a rivalidade e estratégia das empresas podem ser influenciadas por medidas como as leis antitruste.

4 INCENTIVOS FISCAIS

4.1 O PROBAHIA

O PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - foi instituído pela Lei nº 6.335 de 31 de outubro de 1991.

O PROBAHIA é um programa do Estado da Bahia que tem por finalidade fomentar o desenvolvimento econômico do Estado, através do financiamento do ICMS devido.

Serão beneficiados com recursos do PROIND novos empreendimentos industriais, agroindustriais, de mineração, turísticos e de geração de energia elétrica que vierem a se instalar no Estado, ou a ampliação dos já existentes.

O PROBAHIA conta com um Conselho Deliberativo, constituído pelo Secretario da Indústria, Comércio e Mineração, que o presidirá, pelo Secretário da Fazenda, pelo Secretário do Planejamento Ciência e Tecnologia, pelo Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, pelo Secretário da Cultura e Turismo e pelo Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. - DESENBANCO. Este Conselho terá por finalidade formular as políticas operacionais através do estabelecimento de programas prioritários, aprovar os projetos que lhe sejam encaminhados e orientar os mecanismos de gestão.[16]

4.1.1 Finalidade

I) promover a diversificação de indústrias, complementando a matriz industrial do Estado;

[16] Decreto nº 4598 de 1º de setembro de 1995

II) estimular a transformação, no próprio Estado, dos seus recursos naturais, interiorizando o processo industrial;

III) incentivar o aumento da capacitação tecnológica, da qualidade e produtividade dos bens do parque industrial baiano, visando a sua maior competitividade.

Para cumprimento da finalidade do programa, buscar-se à a implementação dos seguintes objetivos:

a) auxiliar na definição de políticas que visem a atração de investimentos para novos projetos industriais, agroindustriais, de mineração e outros considerados relevantes para o desenvolvimento do Estado;

b) propor a instituição de fundos e programas de desenvolvimento, que impliquem na utilização de recursos financeiros de órgãos oficiais de crédito do Estado da Bahia.

4.1.2 O PROIND

Constituem recursos do PROIND: as dotações fixadas no Orçamento Fiscal do Estado; as receitas decorrentes da aplicação de seus recursos; os recursos de origem interna ou externa, provenientes de financiamentos; e outros recursos que lhe venham a ser destinados.[17]

O DESENBANCO é o gestor financeiro do PROIND. Quando foi implantado o programa não havia incidência de juros, e a correção monetária era de apenas 50% com prazo de carência de três anos, chegando a seis anos no caso de empreendimentos de grande porte e produtores de bens sem similar no Estado da Bahia. A queda da inflação fez com em janeiro de 97 o teor incial fosse alterado passando à cobrança de 3% de juros.

4.1.3 Normas de financiamento

O financiamento com recursos do PROIND equivale aos valores percentuais da arrecadação do ICMS, de acordo com os percentuais definidos nas classes a seguir mencionadas, para fins de enquadramento.

I - CLASSE A - os projetos localizados no Estado, exclusive na Região Metropolitana de Salvador. Estes projetos contarão com financiamento de 75% do ICMS devido nos dois primeiros anos, com 60% no terceiro e quartos anos e com 45% no quinto e sexto anos;

II - CLASSE B - os projetos localizados no Estado, exclusive na Região Metropolitana de Salvador. Estes projetos contarão com financiamento de 60% do ICMS devido nos dois primeiros anos, com 45% no terceiro e quartos anos e com 30% no quinto e sexto anos;

III - CLASSE C - os projetos localizados em qualquer região do Estado, inclusive na Região Metropolitana de Salvador. Estes projetos contarão com financiamento de 50% do ICMS devido nos dois primeiros anos, com 40% no terceiro e quartos anos e com 30% no quinto e sexto anos;

IV - CLASSE D - os projetos localizados em qualquer região do Estado, inclusive na Região Metropolitana de Salvador. Estes projetos contarão com financiamento de 40% do ICMS devido nos dois primeiros anos, com 30% no terceiro e quartos anos e com 20% no quinto e sexto anos;

V - CLASSE E - os projetos localizados em qualquer região do Estado, destinados à fabricação de bens que ainda não são produzidos no Estado da Bahia. Estes projetos contarão com financiamento de 75% do ICMS devido nos dois primeiros anos, com 65% no terceiro e quartos anos e com 55% no quinto e sexto anos, 40% no sétimo e oitavo anos e 25% no nono e décimo anos.

---

[17] Decreto nº 840 de 18 de dezembro de 1991

VI - CLASSE F - os projetos localizados em qualquer região do Estado, com investimentos efetivamente realizados iguais ou superiores a R$ 400.000.000,00. Estes projetos contarão com financiamento de 75% do ICMS devido nos dez primeiros anos.

Serão atribuídos pontos numa escala de zero a 75, segundo os parâmetros abaixo:

a) projetos que se enquadrem dentre os ramos considerados prioritários pela política industrial do Estado, ou que o governo estadual considere importante para complementação da matriz industrial baiana, até 25 pontos;

b) projetos localizados no interior do Estado, exclusive os localizados na Região Metropolitana de Salvador, até 25 pontos.

c) projetos que incorporem máquinas, equipamentos, resíduos industriais, ou matérias-primas produzidas no Estado, bem como os que contemplem o aproveitamento industrial dos recursos naturais baianos - minerais ou hídricos -, ou aqueles que privilegiem em suas operações o uso de infra-estrutura dos portos marítimos situados fora da Região Metropolitana de Salvador, até 15 pontos;

d) projetos que absorvam ou difundam modernos processos tecnológicos, até 10 pontos.

Para efeito de enquadramento na Classe E serão considerados “bens ainda não produzidos no Estado da Bahia” àqueles caracterizados conforme a descrição constante da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM-SH) que não tenham produção efetiva no Estado da Bahia de bens iguais, similares ou equivalentes.

O prazo para fruição do financiamento variará de 03 a 10 anos, conforme a classe de financiamento e as características do empreendimento.

Serão enquadrados na classe A os projetos que obtiverem entre 66 e 75 pontos, na classe B os que somarem entre 56 e 65 pontos, na classe C os que somarem entre 46 e 55 pontos e na classe D aqueles que totalizarem de 25 a 45 pontos. Os projetos que não alcançarem o mínimo de 25 pontos não farão jus ao financiamento do PROIND.

4.1.4 - Os números

Em cinco anos de atuação efetiva como instrumento da política industrial, o PROBAHIA aprovou 85 projetos de implantação de novas unidades produtivas, 66 de ampliação e 4 de reativação, totalizando 155 empresas beneficiadas com o financiamento.

Dos projetos aprovados, 84 estão localizados no interior do Estado, contribuindo para a descentralização do desenvolvimento industrial e, consequentemente, fixando o homem ao campo, um dos objetivos da política governamental do Estado da Bahia. Estes projetos, com investimento da ordem de US$ 709,5 milhões propiciam a criação de 9.733 novos empregos e incremental a receita tributária em US$ 819,9 milhões.

Numa análise abrangente do impacto positivo do PROBAHIA, ressaltam-se as inversões adicionais realizadas pelas empresas no período 92/96, da ordem de US$ 1.384 milhões, o mesmo ocorrendo quanto à criação de novos empregos no total das unidades beneficiadas, cujo montante alcança a marca de 14.799, resultando num investimento médio de US$ 93 mil por emprego criado.

Observa-se ainda, que dos projetos aprovados, a predominância não só em quantidade (55 projetos) mas também em valor do investimento (38,9%) é do setor de produtos alimentares. Conclui-se ainda que, do conjunto de 155 projetos, pelo menos 92 dedicam-se à produção de bens finais, ou seja, produtos de maior valor agregado.

Até dezembro de 1996, 49 empresas efetivaram contrato de financiamento no PROIND, através do DESENBANCO, totalizando financiamento da ordem de R$ 69,5 milhões.

Foram aprovados em 1996 31 projetos, sendo que 17 estão localizados na Região Metropolitana de Salvador e 14 no Interior. Dos 17 localizados na RMS, 9 são projetos de implantação, 7 de ampliação e 1 de reativação. Dos 14 localizados no interior, 11 são projetos de implantação e 3 de ampliação.

Ao todo, dos 155 projetos aprovados, 71 estão localizados na RMS e 84 no interior. Dos 71 localizados na RMS, 34 são projetos de implantação, 35 de ampliação e 2 de reativação. Dos 84 localizados no interior, 51 são de implantação, 31 de ampliação e 2 de reativação.

Os projetos de implantação localizados na RMS prevêem investimentos da ordem de US$ 382 milhões, gerando ICMS[18] de US$ 123 milhões e contando com financiamento de US$ 49 milhões. Os projetos de ampliação localizados na RMS representaram investimentos de US$ 273 milhões, gerando ICMS de US$ 232 milhões, obtendo US$ 65 milhões em financiamentos. Os projetos de reativação, em número de apenas 2, representaram investimentos de US$ 19,4 milhões, gerando ICMS de US$ 12 milhões, obtendo financiamento de US$ 3,7 milhões.

Ao todo, os projetos localizados na RMS exigem investimentos da ordem de US$ 674 milhões, gerando US$ 368 milhões em ICMS e obtiveram financiamento de US$ 118 milhões.

Os projetos de implantação localizados no interior exigem investimentos da ordem de US$ 523 milhões, gerando ICMS de US$ 565 milhões e contando com financiamento de US$ 263 milhões. Os projetos de ampliação localizados no interior representaram investimentos de US$ 186 milhões, gerando ICMS de US$ 322 milhões, obtendo US$ 134 milhões em financiamentos. Os projetos de

reativação, em número de apenas 2, representaram investimentos de US$ 0,2 milhões, gerando ICMS de US$ 5,4 milhões, obtendo financiamento de US$ 2,4 milhões.

Ao todo, os projetos localizados na RMS contam com investimentos da ordem de US$ 674 milhões, gerando US$ 368 milhões em ICMS e obtiveram financiamento de US$ 118 milhões.

Dessa forma, podemos concluir que 54% dos projetos estão localizados no interior, representam 51% dos investimentos, 71% da geração de ICMS e 77% do financiamento, o que indica que a maioria dos recursos do PROBAHIA estão realmente se destinando ao interior do Estado, condizendo com a política de descentralização do desenvolvimento do Estado.

A grande maioria dos projetos aprovados são de produtos alimentares, em número de 55, seguidos pela indústria química, com 21 projetos, pela indústria de matérias plásticas, com 15 projetos. Estes três ramos representaram 59% dos projetos, 55% do investimento, 60% da geração de ICMS e 65% do financiamento.

Devemos ressaltar, a importância do setor de produtos alimentares, com 5 projetos aprovados, representando 12,5% do investimento, 18% da geração de ICMS e 14% do total de financiamentos e a indústria de papel e papelão que com apenas dois projetos aprovados representa 16% do investimento, 3% da geração de ICMS e 3% do financiamento.

Outros setores também obtiveram incremento considerável com recursos do PROBAHIA, como por exemplo: os minerais não metálicos, a metalurgia, o mobiliário, os produtos farmacêuticos e veterinários, têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, de bebidas e turismo.

---

[18]Todos os dados referentes ao ICMS são para o período de 6 anos

Os projetos aprovados implicam na criação de 14.799 empregos nas unidades beneficiadas, destacando-se a geração de empregos no setor de produtos alimentares, incrementado com 7.154 novos empregos, ou seja, 48% do total. Em segundo lugar, ficou o setor de papel e papelão com 1.278 novos empregos. A indústria de produtos alimentares também foi beneficiada com a criação de mais de mil empregos, exatamente 1.087. Foram muito beneficiados os setores têxtil, 784 empregos, de produtos minerais não metálicos, 775 empregos, a indústria química, 736 empregos, e o turismo com a criação de 624 novos cargos.

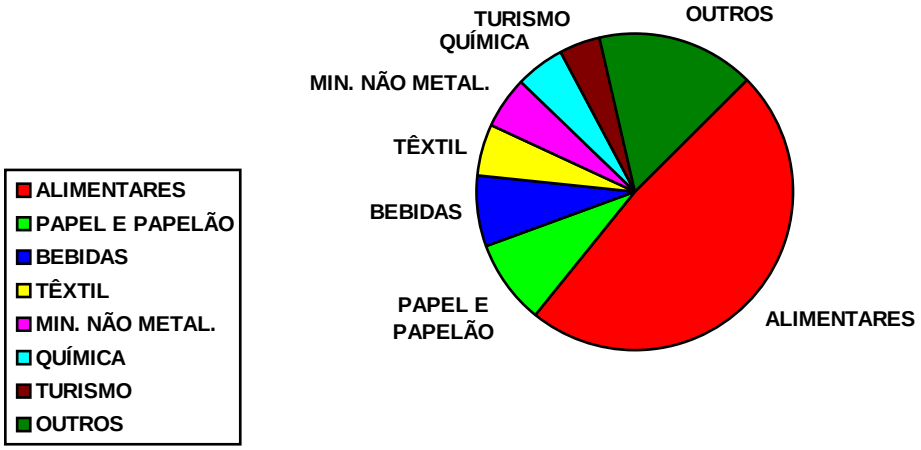


GRÁFICO DE GERAÇÃO DE EMPREGO **Erro! Argumento de opção desconhecido.**
FONTE: SECRETARIA EXECUTIVA DO PROBAHIA

4.2 OUTROS INCENTIVOS

4.2.1 Federais

O Governo Federal através da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste concede diversos incentivos, quais sejam:

a) Isenção do Imposto de Renda para projetos de implantação, expansão, modernização e diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas de qualquer porte localizados na região Nordeste do Brasil e iniciados até o ano 2001.

Prazo: 10 anos, contados a partir do ano seguinte ao do início de operação do empreendimento e quando a produção ultrapassar 20% da capacidade instalada. Esta isenção pode ser prorrogada por mais cinco anos, a critério da SUDENE, se o empreendimento estiver localizado em áreas menos desenvolvidas do Nordeste, se apresentar rentabilidade inferior a 12% do capital investido e absorver em seu processo produtivo matérias-primas e insumos em proporção superior a 50% dos seus custos de produção;

b) Reinvestimento do Imposto de Renda Devido para empreendimentos industriais, agroindustriais e de construção civil localizados no Nordeste brasileiro, os quais poderão reinvestir parte do imposto devido em projetos de expansão, modernização e diversificação no montante de até 40% do lucro real, acrescido de 50% desse valor em recursos próprios;

c) Redução de 50% do Imposto de Renda no caso de empresas industriais e agrícolas iniciadas antes de 1977, que não sejam beneficiárias da isenção do Imposto de Renda e cujo prazo tenha se expirado, podendo aplicar 50% do imposto devido em projetos de ampliação, modernização ou diversificação. Este benefício é válido até o exercício financeiro do ano 2001.

d) A Lei de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia que determina que as empresas que produzem bens e serviços de informática e automação poderão usufruir dos seguintes incentivos para implantação, ampliação e capacitação tecnológica: isenção do IPI até 29/10/99 para os bens de informática e automação e os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas; a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na fabricação de bens de informática; e a dedução de até 50% do Imposto de Renda

devido do valor dos dispêndios realizados no País em atividades de pesquisa e desenvolvimento em informática e automação.

e) Além dos incentivos acima podemos citar outros como o Programa de Desenvolvimento Tecnológico, Industrial e Agropecuário do Ministério de Ciência e Tecnologia, que concede a dedução de até 8% do Imposto de Renda Devido das despesas com pesquisa e desenvolvimento; a isenção de IPI incidente sobre máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento; a depreciação acelerada para efeito da apuração do Imposto de Renda, das máquinas, equipamentos e instrumentos novos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento; amortização acelerada dos gastos com aquisição de bens intangíveis (conhecimento), mediante dedução como custo, para efeito de apuração do Imposto de Renda; o crédito de 50% do Imposto na fonte e redução de 50% do Imposto sobre o pagamento de royalties, assistência técnica ou científica e serviços especializados previstos em contratos de transferência de tecnologia firmados com outros países; dedução dos pagamentos de royalties e de assistência técnica ou científica até o limite de 10% da receita líquida das vendas dos bens produzidos com a aplicação de tecnologia, objeto desses pagamentos.

4.2.2 Estaduais/Regionais

O Governo do Estado da Bahia, além do PROBAHIA oferece incentivos como:

a) PROTURISMO - financia até 70% do investimento a realizar, inclusive para ampliação ou reforma, de obras civis, instalações, máquinas e equipamentos, transportes turísticos, marinhos ou rodoviários, equipamentos utilizados para a prática de esportes e lazer, comércio de artesanato e arte, terminais marítimos de pequeno porte e outros e até 60% do investimento a realizar no caso de restaurantes e empreendimentos hoteleiros em implantação. O prazo é de até oito anos, com dois de carência, sendo que no caso de veículos

a prazo é de quatro anos, com carência de seis meses e juros entre três e sete por cento mais TJLP;

b) crédito fiscal correspondente a 30% do Imposto destacado nas operações internas e interestaduais para a produção de polpas, sucos, néctares e condimentos de frutas;

c) PROCOMEX - Programa de Incentivo ao Comércio Exterior, criado para atrair indústrias do setor automotivo (montadoras e indústrias do setor de autopeças) que venham a se instalar no Estado. Este programa propicia o financiamento de até 8% do valor de saída das importações com carência de cinco anos, juros de 3% ao ano e prazo de fruição de 15 anos. No caso de exportação, este programa propicia o financiamento de 6% do valor FOB quando a planta estiver instalada na RMS e de 10% quando se tratar de plantas fora da RMS, corrigidos pela TJLP, com carência de 3 anos e prazo de fruição de 10 anos.

d) FINOR - o Fundo de Investimento do Nordeste destina-se a apoiar financeiramente empreendimentos considerados de interesse para o Nordeste. Compreende projetos de implantação, complementação, expansão, diversificação, reformulação ou adequação de empresas industriais, agroindustriais, mineração, agrícolas, pecuárias, entre outras.Aplica seus recursos em projetos sob a forma de subscrição de debêntures, conversíveis ou não em ações, de emissão das empresas beneficiárias.

e) podem ser obtidos financiamentos através de linhas de crédito do BNDES e do BNB, sendo que o BNDES dispõe de financiamentos a longo prazo para projetos de grande e médio portes em diversos setores, enquanto que o BNB privilegia a aplicação exclusiva de recursos no setor produtivo privado, comtemplando a região do semi-árido com 50% dos créditos disponíveis, sendo atendidas principalmente as áreas industrial, agroindustrial e de turismo. O BNB dá tratamento preferencial aos micro e pequenos empresários de alimentos

básicos, projetos de irrigação, preservação do meio ambiente e crédito ligado à assistência técnica.

4.3 A GUERRA FISCAL

A guerra fiscal entre Estados e Municípios é constituída pela concessão de incentivos fiscais e financeiros a implantação ou ampliação de novas indústrias. A grande discussão em torno da guerra fiscal é a sua viabilidade.

Embora a constituição brasileira proíba os Estados de conceder isenções fiscais, os governadores estão promovendo verdadeiros leilões para a atração de investimentos privados. Para conceder as benesses são criados artifícios muitas vezes questionados na Justiça. No Espírito Santo, por exemplo, quando o empresário recolhe ICMS está automaticamente credenciado a levantar no banco do Estado uma linha de crédito no valor do benefício prometido. Ou seja, se a empresa foi para o Estado com uma proposta de redução de 75% do ICMS, a cada R$ 100,00 pagos a título de imposto, o empresário consegue levantar um crédito de R$ 75,00. O prazo de pagamento do tal empréstimo varia de acordo com o acerto na instalação da empresa. Em Alagoas, o governo concede a linha de crédito em até 100% do valor do ICMS para ser pago em dois anos com redução de 70% das taxas de mercado.

A guerra fiscal favorece a atração de investimentos para áreas menos industrializadas, em detrimento de estados como São Paulo que com a necessidade de manter a vasta infra-estrutura que possui não se vê em condições de tanto oferecer. O Estado de São Paulo se vê então, diante da perda de receita para outros Estados. São indústrias de autopeças que se transferem para Minas Gerais, em número superior a 130 unidades nos últimos 6 anos, frigoríficos que vão para o Mato Grosso do Sul e Goiás e agroindústrias que se deslocam para o Estado do Paraná. No caso do Estado de São Paulo, mesmo com a guerra fiscal, o Estado tem se apresentado como a única participação crescente no PIB nacional.

Para quem concede os incentivos, sua concessão tem fomentado o desenvolvimento como no caso de Betim/MG. Betim assumiu a liderança em geração de ICMS em Minas Gerais, ultrapassando Belo Horizonte em aproximadamente 10%, já em 1994. No âmbito de impostos federais, Betim conta com a oitava posição. Todo este excelente desempenho deve-se à Fiat Automóveis S/A, que se instalou no município em 1976, com direito a isenção fiscal por dez anos. A montadora privilegia também a transferência de seus fornecedores para locais próximos, favorecendo ainda mais o desenvolvimento da região.

Atualmente, diversos estados concedem incentivos, como o Estado do Ceará que oferece o financiamento de até 100% do ICMS, Pernambuco com devolução de 80%, Goiás de 70% e Rio Grande do Sul de até 60%. A Bahia, através do PROBAHIA, concede o financiamento de até 75% do ICMS.

O Governo Federal estuda projetos que acabem com a guerra fiscal, mas vê dificuldades em aprovar a reforma tributária. Diversos projetos tramitam no Congresso mas ainda não há acordo entre os deputados e senadores.

Uma das principais idéias é a criação de um novo imposto, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para substituir o IPI, o ICMS e o ISS. Seria uma taxa paga cada vez que determinado produto fosse vendido e depois distribuído entre estados e municípios. Essa idéia não tem aprovação dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Outra proposta é a federalização do ICMS, idéia que é combatida pelos estados que se valem da concessão de incentivos fiscais que garantem não poder competir com áreas mais industrializadas sem a concessão de um diferencial.

Vale ressaltar que a sonegação de ICMS tem diminuido os efeitos da concessão de incentivos fiscais como o financiamento do imposto devido, uma vez que as algumas empresas optam pela simples sonegação.

5 CONCLUSÃO

O Estado da Bahia tem ofertado condições privilegiadas para a implantação ou ampliação de plantas industriais no Estado. O financiamento do ICMS devido é uma delas. Concedido pelo PROBAHIA, este incentivo não representa perda financeira para o Estado, pois apenas adia a arrecadação, favorecendo as empresas pela carência e pela taxa de juros abaixo do mercado.

A renúncia fiscal é atualmente a maneira obtida pelos estados do nordeste para atrair novos investimentos, minimizando as diferenças entre os estados da região e os estados de regiões como a sudeste. Sem estes incentivos, provavelmente todos os investimentos seriam realizados em regiões já desenvolvidas, ampliando cada vez mais a desigualdade entre as regiões de nosso país.

Os projetos aprovados pelo PROBAHIA apenas em 1.996 possibitam a realização de investimentos de US$ 342 milhões, criando aproximadamente 4.700 novos empregos, com financiamento de US$ 138 milhões o que representa 34% do valor da geração incremental do ICMS.

Desde sua regulamentação até o fim de 1996, o PROBAHIA aprovou o financiamento 155 projetos, com aproximadamente US$ 517 milhões, obtendo investimentos de US$ 1,38 bilhão e gerando ICMS no valor de US$ 1,26 bilhão. Destes, 84 estão localizados no interior do Estado, favorecendo a descentralização do desenvolvimento industrial e, consequentemente, fixando o homem ao campo, um dos objetivos da política governamental do Estado da Bahia.

Observa-se ainda que dos projetos aprovados, a predominância não só em quantidade (55 projetos) mas também em valor do investimento (38,9%) é do setor de produtos alimentares. Conclui-se ainda que, do conjunto de 155 projetos, pelo menos 92 dedicam-se à produção de bens finais, de maior valor agregado.

Para 1997 as expectativas são ainda mais promissoras, favorecidas pela medida provisória que favorece a instalação de montadoras de automóvies no nordeste, cabendo à Bahia investimentos superiores a US$ 1 bilhão, colocando o estado no primeiro lugar em toda a região nordeste. Ressaltamos que sem estes incentivos os investimentos seriam feitos em regiões já desenvolvidas a exemplo dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que mesmo após a publicação da medida provisória ainda obtiveram montante muito superior ao baiano em investimentos, atraindo as principais montadoras.

A teoria econômica embasa o programa ao definir que para haver desenvolvimento é necessária a combinação de fatores de forma distinta da anterior.

O PROBAHIA tem como finalidade a promoção da diversificação das indústrias baianas, complementando a matriz industrial do Estado, o estímulo à transformação no próprio Estado de seus recursos naturais e o incentivo ao aumento da capacitação tecnológica, da qualidade e da produtividade. Sob este prisma, o PROBAHIA beneficia a realizacão de investimentos que promovam novas combinações de fatores ou seja, produção de novos bens, de novos métodos de produção e de novos mercados com o aproveitamento de recursos naturais atualmente não utilizados.

O PROBAHIA propicia ainda que sejam realizados investimentos com alta capacitação tecnológica, de forma coerente com a corrente marxista que garante a manutenção no mercado de plantas com altos padrões de produtividade, preferencialmente acima dos padrões sociais vigentes, o que só é possível quando a composição orgânica do capital é elevada.

O PROBAHIA contribui também para a quebra de monopólios que por ventura existam ao possibilitar o ingresso no mercado de novas firmas. Esta possibilidade melhoraria o diamante de Porter, aumentando a rivalidade das empresas, fazendo com que se tornem mais produtivas e competitivas. Favorece, ainda, o aumento da demanda interna, através da criação de postos de trabalho.

Entretanto, esta melhora, como vimos no terceiro capítulo depende de um processo que aumente o grau de exigência dos demandante e não apenas de seu número. O diamante também é favorecido quando ingressam indústrias correlatas, caso que certamente ocorrerá com a instalação das montadoras que recentemente assinaram acordo com o Estado.

Outro ponto incentivado pelo programa é o investimento na área do turismo, setor privilegiado no Estado que conta com belíssimas praias e com opções de turismo ecológico.

O PROBAHIA, no entanto, não é amplo o suficiente para resolver todos os problemas do Estado. Ë preciso que o governo promova investimentos em fatores adiantados e especializados e na modernização da infra-estrutura, investimentos estes que vêm sendo realizados através de outros progrmas.

Os problemas enfrentados também não são pequenos, indo desde a grande diferença regional entre os estados do nordeste e os do sudeste, à sonegação fiscal, que é, muitas vezes, mais atraente para o empresário que o financiamento de impostos. Investimentos na área de arrecadação fiscal favorecem o programa, aumentam a arrecadação e capacitam o Estado a investir.

No cômputo geral, programas como o PROBAHIA são válidos como fator de atração de investimentos, uma vez que sem estes programas os investimentos seriam realizados praticamente em sua totalidade nas regiões mais desenvolvidas do país. Ainda assim, mesmo com estes progrmas, a maior parte dos investimentos ainda são realizados em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo a revista Veja, os investimentos previstos pelas montadoras

para o Brasil até o ano 2000 totalizam US$ 17.051 milhões, dos quais a região nordeste receberá apenas US$ 1.736 milhões, cabendo à Bahia aproximadamente US$ 1 bilhão, que representam 6% do montante global[19].

A seguir, apresentamos o gráfico da distribuição de investimentos, conforme dados da Revista Veja:

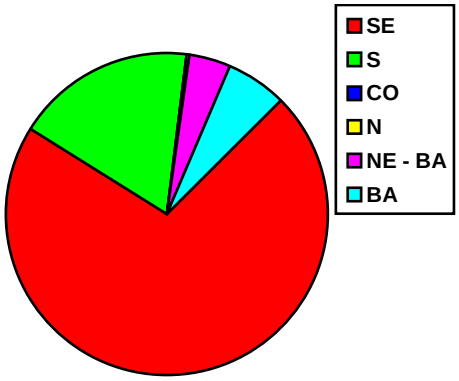


GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS PREVISTOS PELAS MONTADORAS PARA O BRASIL ATÉ O ANO 2000
FONTE: REVISTA VEJA DE 11/06/97 p. 110-111

Como pudemos observar no gráfico, estão previstos para a Bahia investimentos destinados pelas montadoras em montante atingido apenas pelos Estados das regiões sul e sudeste, posicionando o Estado em condição privilegiada em relação aos demais estados do nordeste.

[19] Veja p. 110

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO Jr., J. T. de; HAGUENAUER, J. B. M. Proteção, competitividade e desempenho exportador da economia brasileira nos anos 80. RBCE. Rio de Janeiro: nº 26, 1991. p.13-25.

BONELLI, Regis. Fontes de crescimento e competitividade das exportações brasileiras na década de 80. RBCE. Rio de Janeiro: nº 31, 1992. p. 31-45.

BORBA, Lauro L. Protencionismo e exportação de manufaturados: um estudo empírico dos principais produtos. RBCE. Rio de Janeiro: nº 26, 1991 p.27-31

BRENDER, Anton. Concorrência internacional: em busca de estratégias nacionais. RBCE. Rio de Janeiro: nº 21, 1991. p.3-12.

FERREIRA, Roger ; NETTO, Vladimir. Chuva de 21 bilhões. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, ano 30, nº 23, 11/06/97, p. 110-111

FRITSCH, W. ; FRANCO, G. Política comercial de competição e investimento estrangeiro. RBCE. Rio de Janeiro: nº 33, 1992. p.46-59.

Governo do Estado da Bahia. Relatório Anual do Programa de Promoção do Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROBAHIA. Salvador: Secretaria Executiva do Probahia, 1996. 17p.

INFORMATIVO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS. Salvador: 1992/1995 Promoexport- Anual.

LORENZETTI, Aldo. Competitividade Industrial - uma estratégia para o Brasil. São Paulo: CNI, 1988. 36p.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. 2v. v.2,p.583-

608,p.712-730

PORTER, Michael E. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 897p. p.1-205.

RICUPERO, Rubens. A inserção internacional desejada e a possível para o Brasil. RBCE. Rio de Janeiro: nº 28, 1991. p. 17 -23.

SCHUMPETER, Joseph Alois. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.43-66

Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Bahia - Terra dos Bons Negócios. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996. 40p.

Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - Probahia. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1995. 53p.

Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Incentivos Governamentais. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1994. 2v. 46p.

ANEXOS

QUADRO 1: FINANCIAMENTO PROIND R$

1992/1996

ANO	NO PERÍODO	ACUMULADO
1992	9.0168,62	9.168,62
1993	286.894,36	296.062,98
1994	11.923.810,74	12.219.873,72
1995	25.083.557,36	37.303.431,10
1996	32.192.840,37	69.496.271,47

Fonte: DESENBANCO

Quadro 2: PROJETOS APROVADOS SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO

1996

TIPO DE PROJETO	LOCAL	Nº DE PROJ.	INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS (1) US$ MIL			
			MÃO-DE-OBRA	INVESTIMEN	GERAÇÃO DE ICMS (2)	FINANCIAM (2)
IMPLANTAÇÃO	RMS	09	271	97.675	30.452	10.253
	INTERIOR	11	3.873	146.990	203.386	76.540
AMPLIAÇÃO	RMS	07	292	41.337	33.015	8.746
	INTERIOR	03	168	44.426	138.610	42.551
REATIVAÇÃO	RMS	01	85	11.991	272	136
	INTERIOR	-	-	-	-	-
	RMS	17	648	151.003	63.739	19.135
TOTAL	INTERIOR	14	4.061	191.416	341.996	119.091
	GERAL	31	4.709	342.419	405.735	138.226

FONTE: SECRETARIA EXECUTIVA DO PROBAHIA

NOTAS: (1) Incremental

(2) No período de 6 anos

Quadro 3: PROJETOS APROVADOS SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO
1992/1996

TIPO DE PROJETO	LOCAL	Nº DE PROJ.	INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS (1) US$ MIL			
			MÃO-DE-OBRA	INVESTIMEN	GERAÇÃO DE ICMS (2)	FINANCIAM (2)
IMPLANTAÇÃO	RMS	34	3.078	381.708	123.144	48.965
	INTERIOR	51	8.115	523.215	564.500	263.742
AMPLIAÇÃO	RMS	35	1.775	273.037	232.305	65.065
	INTERIOR	31	1.546	186.080	321.973	133.670
REATIVAÇÃO	RMS	2	213	19.491	12.155	3.701
	INTERIOR	2	72	174	5.437	2.440
	RMS	71	5.066	674.236	367.604	117.731
TOTAL	INTERIOR	84	9.733	709.469	891.910	399.582
	GERAL	155	14.799	1.383.705	1.259.514	517.583

FONTE: SECRETARIA EXECUTIVA DO PROBAHIA

NOTAS: (1) Incremental

(2) No período de 6 anos

Quadro 4: PROJETOS APROVADOS POR RAMOS INDUSTRIAIS
1992/1996

RAMOS INDUSTRIAIS	Nº DE PROJ.	INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS (1) US$ MIL			
		MÃO-DE-OBRA	INVESTIMENTO	GERAÇÃO DE ICMS (2)	FINANCIAM (2)
Produtos minerais não metálicos	10	775	52.599	77.208	36.633
Metalurgia	5	122	39.635	27.477	10.045
Mecânica	2	49	6.567	12.461	2.720
Material elétrico e de comunicações	1	12	75	257	100
Material de transporte	0	0	0	0	0
Madeira	0	0	0	0	0
Mobiliário	3	223	1.443	14.105	4.071
Papel e papelão	2	1.278	220.104	41.920	15.271
Borracha	1	40	2.546	2.428	971
Couros e peles e produtos similares	2	53	3.835	324	114
Química	21	736	166.358	78.844	29.185
Produtos farmac. e veterinários	1	116	3.132	6.796	1.964
Perfumaria, sabões e velas	2	31	6.266	4.301	793
Produtos de matérias plásticas	15	446	50.251	37.910	13.508
Têxtil	9	784	33.296	23.322	10.406
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	6	310	13.450	15.264	6.654
Produtos alimentares	55	7.154	538.850	644.386	295.302
Bebidas	5	1.087	172.926	232.186	70.496
Fumo	0	0	0	0	0
Editorial e gráfica	0	0	0	0	0
Turismo	9	624	48.932	1.439	1.015
Outros	6	959	23.440	38.886	18.335
TOTAL	155	14.799	1.383.705	1.259.514	517.583

FONTE: SECRETARIA EXECUTIVA DO PROBAHIA

NOTAS: (1) Incremental

(2) No período de 6 anos

Quadro 5: PROJETOS APROVADOS

1992/1996

ANO	Nº DE PROJ.	INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS (1) US$ MIL			
		MÃO-DE-OBRA	INVESTIMEN	GERAÇÃO DE ICMS (2)	FINANCIAM (2)
1992	25	3.904	409.700	386.531	183.817
1993	31	1.597	189.469	170.536	84.280
1994	44	3.430	390.501	199.570	75.306
1995	24	1.159	51.616	97.142	35.954
1996	31	4.709	342.419	405.735	138.226
TOTAL	155	14.799	1.383.705	1.259.514	517.583

FONTE: SECRETARIA EXECUTIVA DO PROBAHIA

NOTAS: (1) Incremental

(2) No período de 6 anos

Quadro 06: DESEMPENHO ANUAL
1992/1996

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	1992	1993	1994	1995	1996	TOTAL
1. ELEMENTOS							
Total de Projetos	UM	25	31	44	24	31	155
Empregos diretos (1)	UM	3.904	1.597	3.430	1.159	4.709	14.799
Investimentos	US$ 1000	409.700	189.469	390.501	51.616	342.419	1.383.705
Geração de ICMS (1) (2)	US$ 1000	386.531	170.536	199.570	97.142	405.735	1.259.514
Financiamento	US$ 1000	183.817	84.280	75.306	35.954	138.226	517.583
Receita tributária líquida	US$ 1000	202.714	86.256	124.264	61.188	267.509	741.931
2. INDICADORES							
Emprego/Projeto	UM	156	52	78	48	152	95
Investimento/Emprego	US$ 1000	105	119	114	45	73	93
Investimento/Projeto	US$ 1000	16.388	6.112	8.875	2.150	11.046	8.927
Geração de ICMS/Projeto	US$ 1000	15.461	5.501	4.536	4.048	13.088	8.126
Financiamento p/projeto	US$ 1000	7.353	2.719	1.712	1.498	4.459	3.339
Financiamento/Ger. ICMS	%	48	49	38	37	34	41

FONTE: SECRETARIA EXECUTIVA DO PROBAHIA

NOTAS: (1) Incremental

(2) No período de 6 anos